

## UMA ABORDAGEM COMPARATIVA ACERCA DA ORIGEM E DAS CARACTERÍSTICAS DO TOTALITARISMO NAS OBRAS DE G.K CHESTERTON E ALEXIS DE TOCQUEVILLE

Leonardo Delatorre Leite (IC) e Gerson Leite de Moraes (Orientador)

**Apoio: PIBIC CNPq**

### RESUMO

Os estudos concernentes aos regimes totalitários estão em destaque no campo da Ciência política, especialmente pela atualidade do tema bem como pelas potencialidades extremamente nefastas de uma mentalidade que contenha vestígios e similaridades com a concepção nazifascista de governo e Estado. Além dos autores contemporâneos clássicos, que abordaram de forma analítica as nuances do totalitarismo, tais como Hannah Arendt, Eric Voegelin e Ernst Cassirer, as reflexões estabelecidas por Alexis de Tocqueville (1805-1859) e G.K Chesterton (1874-1936) acerca da filosofia política demonstram-se extremamente necessárias para o estabelecimento de uma visão holística sobre o fenômeno responsável pela crise do regime democrático e, por conseguinte, da ascensão de despotismos funestos e supressores dos direitos e garantias fundamentais. Não obstante as obras dos autores supramencionados não se referirem diretamente aos regimes nazifascistas, até porque seus escritos estão inseridos no contexto do século XIX e início do século XX, as reflexões e pensamentos por eles estabelecidos transmitem lições atemporais concernentes aos perigos que afrontam a democracia, a liberdade e a própria dignidade da pessoa humana. Sendo assim, Tocqueville e Chesterton são autores preciosos para quem deseja adquirir um conhecimento mais profundo e complexo sobre os despotismos e ameaças que possibilitam o fomento de uma mentalidade totalitária, cujo objetivo, em última instância, é a própria “abolição do homem”, compreendida enquanto a destruição da noção de individualidade.

**Palavras-chave:** Totalitarismo. Democracia. Liberdade.

### ABSTRACT

Studies on totalitarian regimes are highlighted in the field of political science, especially for the current situation of the theme as well as the potential extremely nefarious of a mentality that contains traces and similarities with the Nazifascist conception of government and state. In addition to the classical authors who analytically addressed the nuances of totalitarianism such as Hannah Arendt, Eric Voegelin and Ernst Cassirer, the reflections established by Alexis de Tocqueville (1805-1859) and G.K Chesterton (1874-1936) on political philosophy proved to be extremely necessary for the establishment of a holistic vision on the phenomenon responsible for the crisis of the democratic regime and, consequently, the rise of funescent and suppressive despotisms of human rights. Although the works of the aforementioned authors do not refer directly to nazifascist regimes, because their writings are inserted in the context of the 19th

and early 20th centuries, their thoughts convey timeless lessons concerning the dangers facing democracy, freedom and the very dignity of the human person. Thus, Tocqueville and Chesterton are precious authors for those who wish to acquire a deeper and more complex knowledge about the despotisms and threats that enable the promotion of a totalitarian mentality whose ultimate goal is the very "abolition of man", understood as the destruction of the notion of individuality.

**Keywords:** Totalitarianism. Democracy. Freedom.

## 1. INTRODUÇÃO

O totalitarismo é um fenômeno político que se destacou na primeira metade do século XX, mais especificamente no período entre guerras com a ascensão de regimes ditatoriais, tais como o nazismo na Alemanha, salazarismo português, fascismo na Itália, stalinismo soviético e o franquismo espanhol. Esse novo regime de organização política reverberou de tal forma que fomentou as tensões que mais tarde ocasionariam um dos maiores conflitos bélicos da humanidade, a Segunda Guerra Mundial. A partir de então, diversos autores e pensadores se dedicaram ao estudo do fenômeno totalitário, suas origens e características. Até mesmo a sociedade internacional uniu forças para reestruturar a concepção de legitimidade de um ordenamento jurídico por meio da consolidação do princípio da dignidade da pessoa humana, sobretudo pela concretização dos chamados "Direitos Humanos", tendo em vista a consciência dos povos de evitar a repetição da barbárie promovida pelos recentes regimes ditatoriais.

Sendo assim, a abordagem do totalitarismo é algo de extrema eminência para compreensão da política contemporânea e do Estado de Direito, fundamentado no constitucionalismo e na primazia dos direitos fundamentais. Entretanto, apesar das conquistas contra o autoritarismo estatal, ainda é possível vislumbrar na sociedade vestígios de uma ânsia pelo intervencionismo político na vida privada e na ordem econômica, através de regulamentações crescentes, tentativas de engenharia social, eugenia e determinismo cultural. Para um melhor entendimento desse fenômeno social, se faz necessário abordar de forma sistemática e contundente as obras de dois grandes pensadores: G.K Chesterton (1874-1936) e o francês Alexis de Tocqueville (1805-1859), cujos escritos foram de tamanha eminência que influenciaram e dialogam com autores contemporâneos, tais como Eric Voegelin (1901-1985), Hannah Arendt (1906-1975), CS Lewis (1898-1963) e Viktor Frankl (1905-1997).

Os estudos de Tocqueville estão centrados essencialmente na dimensão axiológica da liberdade e de suas relações com a cosmovisão democrática. Em um cenário marcado por profunda desconfiança popular em relação aos pressupostos da democracia participativa, as obras do autor em questão demonstram-se mais do que necessárias. Sua apologia da democracia possibilita um amplo conhecimento sobre as fragilidades do regime democrático e dos motivos e fatores responsáveis pela ascensão de despotismos; contudo, na visão do pensador, a solução não reside num rompimento com os preceitos da liberdade civil e dos direitos fundamentais, mas sim no aperfeiçoamento da cidadania e dos mecanismos de participação popular na política. Daí a importância de Tocqueville para os estudos do totalitarismo, pois seus pensamentos não somente reforçam os princípios do Estado de Direito e da legitimidade, como também consistem num constante alerta contra regimes despóticos.

G.K Chesterton é um clássico da literatura britânica, cujas obras estão repletas de pensamentos metafóricos e de um estilo de escrita particularmente poético. Não é à toa que é conhecido como o “príncipe dos paradoxos”. Embora não seja sistemático e sintético, o autor inglês é extremamente coeso. Seu pensamento político encontra-se disperso em várias de suas obras e suas reflexões permitem uma compreensão sobre os males do modernismo que, em última instância, promoveram uma cosmovisão responsável pela idolatria do Estado, pelo “suicídio do pensamento” e, por fim, por práticas de eugenia. A linha geral das reflexões de Chesterton estão centradas numa crítica ao “materialismo”, cujos perigos já haviam sido alertados por Tocqueville. Sendo assim, é possível estabelecer um diálogo entre os autores em questão, principalmente no quesito da filosofia política e dos motivos responsáveis pelo processo gradual de consolidação do chamado “despotismo democrático”.

Enfim, esse trabalho acadêmico representa uma possibilidade de conhecimento profundo do totalitarismo, suas origens e manifestações na sociedade atual através da leitura e abordagem de escritos clássicos da filosofia política e da literatura mundial.

## **2. DESENVOLVIMENTO DO ARGUMENTO**

### **2.1- O fenômeno do totalitarismo**

O totalitarismo, conforme já destacado anteriormente, representou um fenômeno político que surgiu nas décadas de 1920 e 1930, enquanto uma solução e resposta aos problemas provocados pela Primeira guerra mundial e pela “crise do capitalismo liberal”. Além do desfecho desastroso deixado pela Grande guerra nos países europeus, as crises econômicas minavam as esperanças populares no liberalismo político e nos preceitos do constitucionalismo. Sendo assim, tal conjuntura foi essencial no surgimento e ascensão dessa nova espécie de despotismo. Mas afinal, o que caracteriza a essência do totalitarismo?

Hannah Arendt, umas das maiores estudiosas do regime nazifascista, não atribuiu uma essência ao totalitarismo, porque ela o considerava enquanto um fenômeno tipicamente novo que emergia num contexto particular da história humana. Portanto, não apresentava um elemento eterno, essencial. Na concepção de Arendt, esse novo despotismo seria “um movimento de destruição caótico, não utilitário, insanamente dinâmico, que ataca todos os atributos da natureza humana e do mundo humano que possam tornar possível a política”. (Cf CANOVAN, 2000, p. 26).

Diferentemente das tiranias autoritárias, o governo totalitário não se resume ao autointeresse do governante e não é reducionista a ponto de procurar exclusivamente o aplauso pessoal e o desejo egoísta por poder.

No totalitarismo, a invasão se dá principalmente a fim de promover a ideologia do regime, mais do que o ganho pessoal do governante (...) O governante totalitário promove a ideologia do governo e justifica todas as ações de acordo com ela, até mesmo à custa dos recursos do regime ou da nação. A ideologia totalitária opera dividindo o mundo em duas forças hostis, que se embatem pelo domínio global, e transforma a batalha do inimigo numa luta universal para combater as conspirações globais desse inimigo (...) (FRY, 2010, p.31)

O totalitarismo tem como intuito a promoção de uma ideologia responsável por nortear todas as ações coletivas e individuais de cada membro, cidadão e associação da nação. Vale ressaltar que, em oposição aos governos autoritários, as pretensões totalitárias são globais e vão muito além dos projetos nacionais. Uma prova disso é que os regimes nazifascistas buscavam sobretudo a promoção de suas ideologias, mesmo que isso implicasse em perdas a nação. Os alvos ideológicos eram imprescindíveis e o regime arriscaria até seu legado e sucesso derradeiro a fim de promovê-los. Sendo assim, Arendt atribui ao totalitarismo uma característica importante: a pretensão não utilitarista em seus objetivos. Tal característica é visível nas doutrinas do espaço vital e do pangermanismo defendidas pelos nazistas.

Ademais, a autora ressalta que o totalitarismo não apresenta uma estrutura hierárquica e prática, típica das tiranias autoritárias. O autoritarismo apresenta uma hierarquia explícita e nítida, já que o déspota ocupa o topo do poder, e cada ação do Estado é voltada para o proveito do governante dominador. Entretanto, o “novo despotismo” funciona perfeitamente sem uma nítida hierarquia, mas com inúmeras estruturas administrativas e burocráticas que ajudam na manutenção de um clima de paranoia generalizada na qual não é possível confiar absolutamente em ninguém e ninguém tem pleno conhecimento do funcionamento e da atuação das outras partes do corpo político.

Um outro elemento peculiar do regime totalitário é a maneira como ele se vale do Terror. Ao contrário das tiranias clássicas, o terror não se resume a amedrontar e punir, mas consiste na promoção da manipulação das massas, tendo em vista a concretização de uma obediência irrestrita aos preceitos da ideologia do Estado e do partido. Sendo assim, o regime totalitário vai muito além do autoritarismo, uma vez que promove uma verdadeira “atomização do indivíduo”.

A extrema lealdade que é exigida dos membros, ao preço do sacrifício pessoal, torna-se possível devido ao sentimento de isolamento que o totalitarismo promove. O terror é usado como tática para reforçar a lealdade porque as pessoas estão dispostas a transformar amigos em inimigos a fim de salvar a si mesmas. Isto isola os indivíduos, uma vez que ninguém sabe

quem é confiável e a livre discussão de ideias é sufocada (...) (FRY, 2010, p.34)

O movimento totalitário, como implícito no próprio nome, é total, atingindo toda a sociedade, desde as ações políticas e econômicas até as questões pertinentes ao campo do trabalho e da vida privada. O totalitarismo, conforme apontava Hannah Arendt, procura se infiltrar no tecido social, minando e sufocando a estrutura responsável pela coexistência das relações privadas e das associações civis e, para tal, se vale da manipulação das massas. Importante frisar a eminência da propaganda no contexto de consolidação da autoridade fascista. Para alcançar o poder total, o movimento totalitário necessita convencer as massas através do uso intensivo da propaganda, impondo de forma sutil e subconsciente uma ideia falsa e irreal de que estão na iminência de ameaças sem precedentes.

Hannah Arendt também destaca duas características muito marcantes dos Estados totalitários: a onisciência e onipresença do governo. O líder do partido único, enquanto uma pessoa física, não consegue estar presente em todos os lugares, contudo cada membro do governo o representa como uma espécie de “encarnação viva”. Sendo assim, ele está imune a erros e a eventuais falhas trágicas, já que aqueles que erram em seu nome são facilmente eliminados e tratados como “impostores”. Portanto, é nítida a atuação psicológica do totalitarismo, uma vez procura sufocar qualquer tentativa de diversidade humana, até mesmo no âmbito privado, isolando o indivíduo em seus próprios pensamentos e sentimentos.

“O efeito geral de governos totalitários é que eles impedem o exercício da liberdade e da ação política espontânea” (FRY, 2010, p. 36). A supressão da espontaneidade humana é um dos traços distintivos do movimento fascista. Além das características supramencionadas, é possível citar outros atributos dessa nova espécie de despotismo do período entreguerras, tais como: militarismo, nacionalismo, coletivismo, antiliberalismo, censura aos meios de comunicação, patrulha ideológica, culto à personalidade do líder, o cenário caótico de crise e a identificação de um inimigo em comum para agregar as massas. É claro que as diversas manifestações do totalitarismo apresentavam suas particularidades. O Nazismo alemão era extremamente antissemita, racista, pangermanista e apresentava traços nítidos de ariosofia, teosofia e neopaganismo. O fascismo italiano tinha como particularidade nítida o chamado “corporativismo”, cuja essência consistia em promover uma crescente gestão do Estado nos assuntos trabalhistas, econômicos, empresariais e, ao mesmo tempo, suprimir a atuação dos sindicatos e das associações civis.

Não obstante a análise profunda e extremamente necessária das reflexões e ponderações de Hannah Arendt em sua obra “*As origens do totalitarismo*”, uma das contribuições fulcrais da autora reside no livro “*Eichmann em Jerusalém*”, especialmente nas distinções por ela estabelecidas acerca do mal banal e do mal radical. A obra em questão foi

desenvolvida a partir das experiências da autora ao longo do julgamento de um oficial nazista responsável por ordenar o transporte de judeus para os campos de concentração. Arendt relatava que quando foi convidada a cobrir a sessão judicial, esperava ansiosamente encontrar uma espécie de mal arquetípico e nitidamente maligno. Contudo, acabou por se deparar com uma figura claramente patética, comum e frívola.

“(…) quando ela se deparou com Eichmann – aquele burocrata responsável pelo transporte de milhares de judeus para vários campos de extermínio na Europa – e seus discursos carregados de clichês, foi um verdadeiro anticlímax, pois havia um enorme descompasso entre a magnitude dos crimes cometidos e aquela figura normal, superficial, um verdadeiro misólogo. Eis ali, cercado por uma cabine de vidro, um tipo ideal do mal banal. Pelos depoimentos prestados, ela percebeu que Eichmann não era vilão e nem antissemita, mas era um lídimo representante da banalidade do mal.” (MORAES, 2016, p. 18-19)

Nas palavras da própria autora: “o maior mal não é o radical, não possui raízes e, por não ter raízes, não tem limitações, pode chegar a extremos impensáveis e dominar o mundo todo” (ARENDR, 2004, p. 160). Arendt é categórica na afirmação segundo a qual o mal praticado pela maioria dos nazistas não era “radical”, mas sim uma espécie de “mal banal”, sem profundidade, cujas implicações ocasionavam no mero cumprimento de ordens.

Não estávamos interessados aqui na maldade, que a religião e a literatura têm tentado entender, mas no mal; não estávamos interessados nos pecados e nos grandes vilões, que se tornaram os heróis negativos na literatura e que, geralmente, agiam por inveja e ressentimentos, mas em todos os que não são maldosos, que não tem motivos especiais e, por essa razão, são capazes de um mal infinito; ao contrário do vilão, eles nunca encontram sua mortal meia-noite” (ARENDR, 2004, p. 256)

A grande ameaça do Mal banal reside em sua característica primordial: é como um fungo, sem raízes, mas se espalha rapidamente, desafiando até mesmo as palavras e os pensamentos. A banalidade do mal é como uma incapacidade de estabelecer um diálogo consigo mesmo, de refletir acerca das próprias ações e, por conseguinte, de emitir juízos de valor e conclusões próprias. A falta de habilidades comunicacionais, a memória seletiva, a busca pela ascensão social e a mera repetição de clichês acompanham essa incapacidade de estabelecer um diálogo socrático consigo mesmo. Outra observação constante na obra de Arendt reside em sua incisiva asserção segundo a qual o que qualifica o ser pessoa é a capacidade pensar, refletir e de julgar moral e racionalmente.

As ponderações “arendtianas” acerca do Mal banal são extremamente úteis e necessárias para uma melhor compreensão sobre as origens e características do totalitarismo. Finalizadas as breves considerações de Arendt sobre o fenômeno do totalitarismo, é importante destacar o papel de outros autores cujos escritos e obras procuraram elucidar minuciosamente os regimes fascistas do século XX. Ernst Cassirer (1874-1945), Eric Voegelin (1901-1985), Friedrich Hayek (1899-1992) e Ernst Nolte (1923-

2016) são alguns desses grandes estudiosos. Para fins de utilidade de pesquisa, vale comentar sinteticamente os pensamentos e considerações de Nolte e Voegelin.

Em suas obras, Nolte afirma que o fascismo não é meramente um “ataque de poder por um bando de lunáticos” e não pode ser analisado sob a óptica reducionista de categorias políticas. Para o autor em questão, o fascismo é uma visão universal, dotada de um olhar holístico.

Os elementos dessa visão derivam do romantismo, do darwinismo e do existencialismo (...) essa visão universal logo adquiriu implicações espirituais. O totalitarismo fascista era mais do que um sistema de controle político; era o totalitarismo buscando abarcar e direcionar toda a vida. O fascismo emergiu não somente como um sistema político-econômico, mas também como uma nova religião, cuja promessa era curar a alienação do mundo moderno. Seria a libertação da vida emocional, a conquista da harmonia com a natureza e a revitalização da cultura (...) (VEITH JR, 2010, p.16)

Emil Brunner segue essa linha de pensamento ao estabelecer uma relação entre o materialismo e a visão totalitária. Nesse sentido, o autor escreve:

Embora a doutrina comunista pareça conter certos postulados de justiça social, o nacional-socialismo e o bolchevismo são apenas variantes da mesma espécie: o totalitarismo (...) [ pois] o Estado totalitário é (...) injusto, desumano e ateu (...) é inerente à sua natureza uma sujeição da totalidade dos homens e da vida [...] O Estado totalitário significa a negação dos direitos do homem, ou seja, a perda dos direitos originais que lhe haviam sido conferidos por Deus quando da criação. O Estado totalitário é, pois, ateu e antidivino *per definitionem*, pois reivindica para si a totalidade do homem (...)<sup>2</sup>

Os pensamentos políticos de Ernst Nolte e Emil Brunner dialogam claramente com o conceito de “inversão moral” estabelecido pelo pensador Michael Polanyi em “*A lógica da Liberdade*”. Para Polanyi, o niilismo moral e o materialismo fomentaram o desenvolvimento de indivíduos massificados, espiritualmente alienados e dominados por paixões morais sem objeto estrutural. Tais indivíduos seriam facilmente suscetíveis às manipulações totalitárias, cujas mensagens centrais consistiam em apresentar uma solução reducionista capaz de canalizar e concentrar essas paixões morais sem objeto. A máquina ideológica totalitária procurava fazer com que o indivíduo sem virtudes e sem esperanças da sociedade pudesse se sentir parte de algo maior e muito importante, derramando seus sentimentos morais, frustrações e planos num projeto revolucionário de destruição, na expectativa de um Novo Homem e de um Novo Mundo. Nesse sentido, Ernst Nolte definia o fascismo como uma espécie de “resistência prática e violenta à transcendência”, cujos objetivos insistiam numa

---

<sup>2</sup> “*Wie sol das verstehen? Offener Brief na Karl Barth*”, *Kirchenblatt fur die reformierte Schweiz*, Zurique, 1948, p.76, citado em Cornu, op. Cit., p.149-151. Para a compreensão de Brunner sobre a relação da Igreja com o Estado e sua visão holística acerca do fenômeno do totalitarismo, vale consultar a obra de Alister McGrath, *Emil Brunner: a reappraisal* (Malden: Wiley- Blackwell, 2014), p.181-204.

constante tentativa de superar a alienação do homem por meio de uma espécie de “imanentização”.

A forma totalitária de Estado surge logicamente da negação da realidade desse reino das ideias transcendentais. Quando as fundações espirituais para toda a livre dedicação às atividades humanas - do cultivo da ciência ou do academicismo, da distribuição da justiça, da profissão de religião, do exercício da arte sem peias e da livre discussão política -, quando as razões transcendentais para todas essas atividades livres são sumariamente negadas, então o Estado se transforma, necessariamente, em herdeiro de toda a devoção do homem. (POLANYI, 2003)

Dando continuidade a essa linha de pensamento, vale frisar as exposições e ponderações do pensador Eric Voegelin, cujo esforço acadêmico primordial consistia na promoção de uma explicação acerca do fenômeno do totalitarismo através de dois conceitos fundamentais: religiões políticas e imanentização escatológica. Segundo o autor, as chamadas “religiões políticas” explicam os motivos pelos quais uma sociedade se degrada a ponto de favorecer a ascensão dos movimentos totalitários e de seus líderes patéticos. Em suas obras, ressaltou que o “gnosticismo” é a heresia do modernismo responsável pela crise do sistema político. As ideologias contemporâneas são gnósticas justamente por promoverem a chamada “imanentização escatológica”, conforme supramencionado. O gnóstico moderno pretende subverter a ordem constituída na tentativa de estabelecer uma espécie de “singular paraíso terrestre” e para isso, deposita uma confiança imensa em suas próprias convicções “redentoras”.

(...) A última característica, e especialmente importante para análise de Voegelin, é que o gnóstico foi um simplificador (e como se vê, um terrível simplificador). Ele substituiu seu próprio sistema simples de entender pelo dogma complexo, equilibrado e em última análise misterioso do cristianismo ortodoxo. De acordo com Voegelin, encontramos um paralelo no gnosticismo moderno. Gnósticos modernos dão para suas próprias teorias políticas reducionistas a categoria de revelação divina (científico). Eles reivindicam a onisciência- eles já descobriram tudo, desde as leis da física às leis da história humana e da mente humana. Como os antigos gnósticos, eles acham que sabedoria é idêntica a Deus, exceto sem a parte de Deus (para o moderno, gnosticismo acaba em ateísmo). Como os antigos gnósticos, eles acreditam que sua “teoria gnóstica” os coloca além do pecado, portanto eles podem fazer qualquer coisa por causa de sua teoria. Aqueles que discordam deles não apenas são errados, mas irremediavelmente errados, e podem, portanto, ser eliminados (...) Gnósticos modernos são materialistas (...) o gnóstico moderno aplica o mesmo zelo religioso para recriação do mundo material que o gnóstico antigo gastou para fugir dele. Aqui temos, então, o argumento de Voegelin de que a paixão secular moderna para criar um paraíso na Terra é, na verdade, uma reformulação de uma antiga heresia cristã (...) (WIKER, 2016, p.61-62)

Após breves considerações sobre o totalitarismo, é importante ter em mente que o movimento ditatorial em questão é extremamente complexo. Suas origens, nuances e fundamentos foram abordados por muitos pensadores da Ciência política. Hannah Arendt procurou esclarecer o fenômeno do totalitarismo através de conceitos como a banalidade do mal, manipulação das massas e atomização do indivíduo. Andrew Lobaczewski empreendeu

esforços para a explicação das ditaduras do período entreguerras através da chamada “ponerologia”. Ernst Nolte, por sua vez, tentou compreender o nazifascismo e o comunismo stalinista por meio do materialismo contemporâneo, ao passo que Voegelin usou termos como “imanentização escatológica” e “religiões políticas” para elucidar as origens do fascismo. Nem todas as posições são completamente contraditórias entre si, mas cada uma apresenta suas particularidades.

Enfim, após um breve panorama sobre as características fundamentais do totalitarismo, é possível adentrar nas reflexões de Tocqueville e Chesterton acerca do regime democrático, sua importância e os fatores responsáveis pela crise de um sistema político centrado na defesa dos direitos e garantias fundamentais. Deve-se ter em mente que uma melhor compreensão sobre a democracia possibilita uma visão sobre seus riscos e potencialidades destrutivas. Sendo assim, tal compreensão representa um remédio contra a ascensão de ideias totalitárias.

## **2.2- Tocqueville, a defesa da democracia participativa e a crítica ao materialismo**

Alexis de Tocqueville (1805-1859) foi um ilustre pensador francês, cujas reflexões dialogam com o liberalismo político e com os princípios elementares do conservadorismo. Seus estudos mais notáveis estão contidos em sua obra *“Da Democracia na América”*, escrita com base nas experiências do autor durante sua viagem aos Estados Unidos em 1831. Tocqueville decide visitar a América por vários motivos, dentre os quais podemos citar: seu interesse pelas promessas de experiências raras e fascinantes no Novo Mundo bem como seu desejo de confirmar suas teorias e ideias e, por enfim, razões familiares e profissionais, já que era conveniente afastar-se temporariamente da Europa, que se encontrava em uma onda conturbada de instabilidades políticas.

O objeto de estudo de Tocqueville era o regime democrático, sua essência e características. “Analisar o pensamento de Tocqueville é, portanto, analisar a democracia (...) estudar Tocqueville é estudar a democracia (...) entender o seu pensamento é entender as implicações de viver em democracia (...)” (FRANCO, 2014, p. 22). Ao estudar a obra do pensador francês, é necessário ter em mente um axioma por ele observado: a democracia é um processo inevitável, o qual apresenta bons e maus instintos. Conforme ressalta o próprio autor: “(...) estando profundamente convicto de que a revolução democrática de que somos testemunhas é um fato irresistível, contra o qual não seria desejável, nem sensato, lutar (...)”(TOCQUEVILLE, 2001, p. 484). Como um profundo amante da liberdade e dos princípios democráticos, Tocqueville procura realizar uma defesa da democracia participativa, apontando seus pontos positivos e sempre alertando acerca de seus possíveis vícios.

Tocqueville tinha clara ciência das possíveis mazelas da democracia e isso torna sua obra ainda mais importante. Para o pensador francês, o governo democrático não representa a maravilha política absoluta prostrada aos olhos da humanidade – como muitos pregavam e pregam- e não pode ter como pretensão, jamais, avocar-se da perfeição. Sua pretensão real e salutar é possibilitar o convívio civilizado e harmônico com as imperfeições existentes dentro da própria sociedade, direcionando-a paulatinamente desses desvios. (BIANCHINI, 2014, p. 11)

Na concepção de Tocqueville, as características fulcrais do regime democrático residem na harmonia de dois valores: a liberdade e a igualdade de condições. Em suma, é democrática a sociedade onde não se verifica a existência de distinções de ordens, onde não há uma diferença de condições hereditárias. “Por outras palavras, é democrática a sociedade marcada por uma dinâmica que considera à partida que todos os indivíduos são social e politicamente iguais (...)” (FRANCO, 2014, p.29). Importante estabelecer uma distinção entre a igualdade absoluta e a igualdade de condições. A primeira, dizia o autor, é um devaneio, uma quimera, uma mera ideia abstrata, já que existem desigualdades naturais entre os indivíduos. Ao estabelecer essa distinção, Tocqueville quer deixar claro a natureza do regime democrático, cujo apreço pela igualização das condições representa a noção categórica segundo a qual nenhum é homem é por direito superior aos demais e que as desigualdades naturais não legitimam a submissão dos mais fracos aos mais dotados.

O pensador francês era incisivo nas constatações referentes ao caráter da historicidade da democracia, ou seja, o regime democrático era uma conquista histórica, cujos princípios de igualdade e liberdade eram produtos do esforço moral de homens dispostos a derrubar antigas tiranias. Sendo assim, a filosofia histórica de Tocqueville representava uma oposição aos preceitos da interpretação fatalista e determinista dos eventos da humanidade, mas não excluía a influência e importância da conjuntura específica e das condições particulares de cada povo em um determinado momento histórico.

A História tem um lugar fundamental no seu pensamento, na medida em que parte da convicção de que a realidade, para ser compreendida, não pode ser separada da própria evolução histórica (...) Tocqueville trabalha sobre a convicção de que cada homem é livre nas suas escolhas, mas sempre dentro das contingências existentes na época e na região. O quer dizer que vê a liberdade como resultado de uma experiência histórico-política concreta e não de um sistema teórico ou de qualquer pseudoexperiência mental e abstrata (...) (FRANCO, 2014, p.31)

A filosofia histórica de Tocqueville influenciou os fundamentos epistemológicos de sua ciência política. Para o pensador francês, a evolução democrática de cada país deve ser analisada de forma específica, de tal modo que abordagens reducionistas, generalizadoras e abstratas sejam afastadas dos estudos políticos. Ele privilegia a análise e consulta de documentos oficiais e fontes diretas. Daí se faz importante destacar a influência das reflexões de Montesquieu para a estruturação das análises de Tocqueville, já que ambos os pensadores

se valem de categorias como leis, causas acidentais, costumes, religião, hábitos e educação para promoção de um método comparativo.

O pensador francês era completamente contrário às constantes tentativas de abstrações reducionistas e simplificações, já que o fenômeno democrático é notoriamente pluralista. É explícita a influência do conservadorismo de Burke nas reflexões de Tocqueville, já que os dois filósofos demonstravam uma aversão a elaboração de construções metafísicas fundamentadas em preceitos e princípios abstratos. A experiência política, os hábitos e a prudência são melhores guias para democracia do que teorias puramente racionalistas. Contudo, importante frisar que Tocqueville não apresenta uma postura atrelada ao anti-racionalismo, pois sua perspectiva encontra-se associada a um racionalismo de base empírica. “A nova ciência política proposta por Tocqueville quer libertar os homens do élan das ideais gerais e abstratas e, ao mesmo tempo, concentrar-se nos fatos e nas práticas que marcam cada sociedade” (FRANCO, 2014,p.40).

Seguindo a leitura da obra, o autor irá discorrer sobre a paixão pela igualdade, uma vez sendo o processo de igualização de condições uma tendência do dinamismo do regime democrático. Todavia, esse processo não significa necessariamente a consolidação dos direitos fundamentais e da liberdade civil, pois a igualização de condições pode ser compatível tanto com a democracia quanto com a tirania. Daí a relação entre igualdade e liberdade representar uma das preocupações centrais de Tocqueville. O perigo reside quando o objeto da paixão pela igualdade torna-se a igualdade absoluta, ou seja, uma ideia abstrata impossível de concretização devido aos “inconvenientes” das desigualdades naturais. A obsessão pela igualdade absoluta é resultado da pura inveja, cuja essência consiste no igualitarismo que “penetra por todas as vias possíveis no coração dos homens, onde se expande até o encher por completo” (TOCQUEVILLE, 2001,p.590). Nas palavras do próprio autor, “A tirania não é imposta de fora, mas surge de um amor desordenado à igualdade, o que podemos chamar de igualitarismo” (TOCQUEVILLE, 2000).

Tocqueville afirma que o homem que busca somente o amor pela felicidade material acaba recorrendo ao Estado como melhor forma de satisfazer suas paixões mediante uma segurança permanente. Tal desejo de busca por um conforto perpétuo é fruto da própria natureza humana, entretanto deve ser mitigada por meio do senso de liberdade e responsabilidade individual. “Toda obra de Tocqueville pontua-se, basicamente, pela preocupação de compreender como a liberdade política dos cidadãos deve ser resguardada, que não seja ameaçada pela igualdade absoluta de condições” (CLETO, 2006, p. 69). Portanto, o perigo reside na servidão voluntária na qual os cidadãos se dispõem a se tornar escravos de um poder centralizado em troca de conforto e segurança. Essa concepção foi abordada posteriormente por Hilaire Belloc (1870-1953) em sua obra “*O estado servil*”.

Revisando, Tocqueville viu nos americanos uma “paixão pelo bem estar material” tão intensa que o “cuidado de satisfazer as necessidades mínimas do corpo e de prover os menores confortos da vida preocupa as mentes universalmente”. Já que a América é uma sociedade com fluência econômica, ninguém está definido em uma classe econômica específica. Mas precisamente esta fluidez provoca uma ansiedade profunda: a inveja ao que os outros acima de nós possuem, e medo perpétuo de perder o que temos. A partir desta ansiedade, inveja e medo surge um outro desejo, o desejo intenso da estabilidade que ainda nos permite satisfazer a nossa paixão pelo bem-estar material. Esse desejo, por sua vez, convida “o despotismo brando” de um governo central forte a tirar toda a ansiedade do nosso desejo apaixonado tanto pela satisfação física como pela segurança. Nossa preocupação com o conforto material leva-nos ao longo de um caminho para a servidão, em que nós voluntariamente abraçaremos um estado servil: segurança e conforto à custa de nossa liberdade. (WIKER, 2016, p.163-164)

Para Tocqueville, o principal fator responsável pelo sucesso e prosperidade do regime democrático consistia na junção harmônica da liberdade com o gosto moderado pelo bem-estar material. A obsessão pela procura de uma vida melhor em termos materiais é sempre acompanhada por ansiedade e inquietação, sentimentos os quais acabam por sufocar o interesse pelo exercício dos deveres políticos, já que as ações importantes passam a representar somente àquelas atitudes fomentadoras do acúmulo de riquezas e, por conseguinte, gestos e ações de cidadania são marginalizadas. Enfim, a preocupação exagerada com o bem estar material suscita no homem uma visão de que o exercício dos direitos e deveres políticos não passa de uma perda de tempo.

Essencialmente preocupados com o seu enriquecimento contínuo, os cidadãos podem perder de vista a ligação fundamental que naquelas sociedades existe entre a fortuna de cada um e a prosperidade geral. Concentrados nos seus negócios pessoais, sem tempo para pensar no bem público, os cidadãos começam a encarar o exercício dos deveres políticos como uma distração incômoda e perturbadora do seu fito principal: ganhar sempre mais. (FRANCO, 2014, p. 65)

O pensador francês era categórico em dizer que da obsessão pelo bem estar material e pelo igualitarismo surge um dos piores males para a estabilidade do regime democrático: o materialismo. Quando os desejos pela riqueza e pela igualdade absoluta se tornam notáveis numa sociedade, os homens passam a acreditar que tudo não passa de matéria; eis o âmago do materialismo, cujos efeitos podem levar os indivíduos à procura do conforto material em detrimento da própria liberdade. A questão do materialismo dialoga com outro problema potencialmente hostil que pode emergir das sociedades democráticas: o individualismo. Com o crescente progresso e valorização da autonomia do indivíduo favorecidos pela democracia, o cidadão pode vir a se tornar cego na crença de sua própria autossuficiência, sendo assim, os homens vão tornando-se cada vez mais estranhos uns aos outros.

O individualismo é um defeito político, o qual “ leva cada cidadão isolar-se da massa de seus semelhantes e manter-se afastado dela na companhia da família e dos amigos (...)” (TOCQUEVILLE, 2001,p.591). Portanto, o individualismo exacerbado destrói a própria noção

de cidadania, pois leva o homem ao isolamento social e, por conseguinte, ocasiona o rompimento por parte de cada indivíduo de seus laços naturais com seus concidadãos, gerando consequências políticas nefastas.

Para Tocqueville, o individualismo pode facilmente se transformar em egoísmo. Ao passo que o primeiro é um vício na natureza do cidadão, o segundo é um defeito moral, contudo, importante ressaltar que as virtudes públicas não só fomentam o bem comum como apresentam uma contribuição notável para o cultivo das virtudes privadas. Portanto, “os indivíduos, ao deixarem de exercitar o seu espírito cívico, não só estão a ser maus cidadãos como, a prazo, estão a comprometer a sua integridade moral (...)” (FRANCO, 2014,p.49). O sentimento exacerbado de autossuficiência individual é o principal responsável pela “atomização” das sociedades democráticas, como também pela crise da concepção social de participação política. Enfim, segundo Tocqueville, o igualitarismo conduz inevitavelmente ao individualismo excessivo de desprezo à vida social e voluntária.

Vejo uma multidão inumerável de homens semelhantes e iguais, que sem descaso se voltam sobre si mesmos, à procura de pequenos e vulgares prazeres, com as quais enchem a alma. Cada um deles, afastado dos demais, é como que estranho ao destino de todos os outros (...) está ao lado deles, mas não os vê; toca-os e não os sente, existe apenas em si e para si mesmo. (TOCQUEVILLE, 1987, p.530)

A partir dos perigos do materialismo e do individualismo, Tocqueville estabelece reflexões sobre o fenômeno da ascensão de um “despotismo sem precedentes”, também conhecida posteriormente por “democracia totalitária”. “Nos capítulos finais *Da Democracia na América*, Tocqueville quer mostrar aos seus compatriotas que, ao abdicarem das suas prerrogativas de cidadania a favor do próprio Estado, estão a permitir que a democracia se degenera em despotismo” (FRANCO, 2014, p.58). Eis o caminho da degradação do regime democrático na hipótese do pensador francês: preocupados completa e exclusivamente com assuntos pessoais, agindo com uma postura imoral e egocêntrica, os cidadãos iriam nutrir um desinteresse gradual pela coisa pública. Quase que imediatamente, o Estado começaria a se infiltrar num número cada vez maior de atividades, monopolizando os serviços e funções humanas mais espontâneas e voluntárias. Sem perceber, os cidadãos verificariam que o poder de escolha nos assuntos públicos estaria concentrado nas mãos do governo<sup>4</sup>.

O desejo pela tranquilidade, pela estabilidade perpétua e pelo igualitarismo puro desemboca num processo de concentração do poder político nas mãos de um governo centralizado e “absoluto”. Importante frisar que essas afirmações de Tocqueville estão em

---

<sup>4</sup> “Por isso, nossos cidadãos optam, muitas vezes, pela iniciativa do Estado quanto aos assuntos de interesse da comunidade e se acomodam paulatinamente quando o poder político governamental desempenha suas funções de modo a abarcar seus interesses, poupando-lhe o trabalho da discussão e da decisão (...) Essa acomodação, para Tocqueville, é um grande perigo e talvez o fator de maior importância para derrocada do regime democrático (...)” (BIANCHINI, 2014, p. 6)

consonância com o pensamento de Arendt acerca da eminência da Ação Política humana e da cidadania. As ponderações do pensador francês dialogam claramente com as reflexões de Ernst Nolte sobre os perigos de uma cosmovisão materialista e, sobretudo, os escritos de Tocqueville estabelecem uma relação muito profunda com as obras de Voegelin no que concerne aos constantes avisos de advertência quanto aos mecanismos de atribuir ao Estado uma série de funções quase que “divinas”, como violar a ordem natural em prol da igualdade absoluta.

No entender do aristocrata francês este novo despotismo está em total concordância com as ideias, os sentimentos e os costumes democráticos e por isso é um despotismo que só existe nas sociedades democráticas, ou seja, é um despotismo intrinsecamente democrático (...) À medida que no coração dos cidadãos cresce um amor excessivo pela uniformidade e o pluralismo. Finalmente, enquanto as relações sociais se tornam mais suaves, a sensibilidade política e a capacidade crítica dos cidadãos tendem a adormecer. A democracia que outorgara grande independência ao homem democrático acaba, paradoxalmente, por lhe tornar menos útil o seu livre arbítrio e por lhe limitar o âmbito- cada vez mais reduzido- do exercício da sua livre vontade. (FRANCO, 2014, p.59)

O aristocrata francês não procurou apenas apontar os vícios e perigos da evolução da “revolução democrática”, mas demonstrou uma enorme preocupação em oferecer uma série de mecanismos e medidas para garantir o desenvolvimento saudável e harmonioso da democracia, dentre elas: a descentralização administrativa, a religião como sustentáculo da moral pública, a eminência do espírito comunal, a autonomia municipal, o associativismo, a caridade voluntária, o espírito público de cidadania e o fortalecimento de uma concepção deontológica da liberdade.

Para o autor francês, portanto, o segredo para o sucesso democrático representativo é o estímulo contínuo, por todos os meios que se possa imaginar, de participação popular nos negócios públicos e a liberdade irrestrita de iniciativa e associação do indivíduo, sem prejuízo da liberdade de imprensa, amplitude dos direitos, participação efetiva da população (...) na formação do governo pelas eleições periódicas, além do amplo controle da governabilidade. (BIANCHINI, 2014, p.06)

Quanto a religião, Tocqueville era categórico em afirmar a centralidade da cosmovisão cristã na construção de uma moral pública fundamentada nas virtudes de humildade, generosidade, liberalidade, piedade e magnanimidade. O cristianismo, dizia o aristocrata francês, exercia um importante papel de moderador, na medida em que limita os efeitos nefastos do materialismo, individualismo e igualitarismo. “No homem democrático, a religião é principalmente capaz de regular a obsessão com o bem estar material. Ela é capaz de desviar sua atenção para fins menos terrenos e (...) persuadi-lo a seguir caminhos honestos” (FRANCO, 2014, p. 77). A religião tem uma utilidade social notável, na medida em que contribui para o fomento da mentalidade democrática, bem como estabelece uma “imaginação moral” capaz de estabelecer e fomentar virtudes cívicas.

Em relação a descentralização administrativa e a autonomia municipal, Tocqueville ressalta que essas duas medidas são imprescindíveis para o fomento da cidadania e da participação política. “É na comunidade local, no centro das relações corriqueiras da vida, que se vão concentrar o desejo de ser respeitado, a necessidade de interesses reais, o gosto pelo poder e pelas ações” (TOCQUEVILLE, 2001, p.108). Quando o aristocrata francês defende a participação ativa dos cidadãos nos rumos políticos da nação, ele defende, na realidade, não a participação em níveis estruturais, mas um envolvimento do cidadão nas questões locais e corriqueiras, seja ajudando o próximo em seus problemas pessoais e financeiros, seja na luta pelo bem comum de seu município ou até mesmo em pequenos atos de caridade e generosidade. Trata-se do “espírito comunal”, cuja ausência é capaz de explicar a instabilidade da maioria dos regimes democráticos.

Sem o espírito comunal, a centralização administrativa ganha forças e o governo central passa a monopolizar uma série de atividades e, por conseguinte, acaba por sufocar a cidadania. Um dos maiores símbolos do espírito comunal é o associativismo, ou seja, o envolvimento ativo dos indivíduos em associações voluntárias política ou civis. O associativismo é um remédio contra a tirania e o poder arbitrário. Quanto maior o número de instituições intermediárias e voluntárias entre o cidadão e o Estado, menor será a possibilidade da ascensão de tiranias. Além do mais, o fomento da participação em associações civis e política limita o individualismo.

Por fim, Tocqueville ressalta uma concepção axiológica da cidadania, que não se resume tão somente a afirmação dos direitos, mas engloba a confirmação dos deveres, sobretudo deveres de ordem moral. Os cidadãos democráticos têm uma enorme responsabilidade na perpetuação da liberdade e da prosperidade na comunidade. Sendo assim, o espírito público tem um aspecto deontológico. Com o que foi abordado até agora, é possível deduzir e compreender os pressupostos basilares da teoria política de Tocqueville, bem como seu entendimento acerca do que seria um fenômeno “totalitário” e de como se daria a ascensão de governos centralizadores e intervencionistas.

### **2.3 Chesterton e os devaneios do materialismo**

G.K Chesterton (1874-1936) foi um dos grandes nomes da literatura britânica da passagem do século XIX para o século XX. As reflexões por ele estabelecidas servem mais como um complemento ao pensamento de Tocqueville, sobretudo nas críticas do aristocrata francês ao materialismo. Embora a obra de Chesterton não seja sistemática, seu pensamento é extremamente coeso, sendo que seus escritos são norteados pela sua profunda crítica em relação aos preceitos do modernismo, marcado pelo racionalismo exacerbado, relativismo moral e, principalmente, pelo materialismo.

Para Chesterton, o materialismo nasce de uma tendência nociva às ideologias simplistas, ou seja, da tentativa constante de reduzir a complexidade da realidade e das experiências humanas à economia (Materialismo histórico), à sobrevivência do mais apto (darwinismo social) ou até mesmo à uma série de reações químicas (Cientificismo mecânico e o fisicalismo) (Cf CHESTERTON, 2013, p.75-76).

A chave para uma vida sã, diz Chesterton, é perceber que vivemos em um mundo maior que a nossa compreensão, um cosmos distante, maior do que podemos compreender. Nossas vidas todos os dias são uma descarga cheia de mistério. Agimos livremente quase cada minuto do dia, mas nenhum cientista pode explicar o livre-arbítrio. Estamos constantemente pensando, mas nenhum filósofo consegue chegar a uma explicação adequada para o pensamento. Para Chesterton, devemos humildemente e com gratidão, aceitar as coisas como nós as encontramos e aceitar os mistérios, ao invés de tentar negá-los com uma teoria totalmente lúcida, mas simplista. (WIKER, 2016, p.42)

Chesterton procura demonstrar o grande dom da existência e a responsabilidade ética do homem perante as complexas experiências no mundo, não as ignorando por meio de ideologias ou “parcialismos”. Em sua obra “*Hereges*”, o autor estabelece que herege não é quem nega algum dogma elementar da fé cristã; é, antes, quem escolhe deliberadamente uma parte da verdade em detrimento das outras, com as quais está intimamente relacionada e por referência às quais adquire seu sentido pleno. Enfim, na linguagem do escritor londrino, herege é o homem que não consegue suportar a natureza muitas vezes paradoxal da verdade, vislumbrada em sua integralidade. É o homem que até consegue ver algo de verdadeiro, mas não consegue ter uma visão complexa e holística da realidade (Cf CHESTERTON, 2018, p. 258).

Um exemplo perfeito dos traços simplistas e fúteis das ideologias marcadas pelo “parcialismo” é o ideal de progresso, defendido pelos materialistas. Ao mesmo tempo que acreditam fielmente no progresso, o materialista nega um ideal predefinido e objetivo para estabelecer um parâmetro, uma comparação para realmente saber se determinadas posturas são favoráveis ou contrárias ao processo de evolução da sociedade.

Querer progresso sem apelar a um ideal predefinido seria o equivalente, no âmbito do esporte, a querer participar de uma corrida sem linha de chegada nem pista, onde os corredores, logo após o disparo de abertura, vão cada um por lados diferentes. Ninguém em sã juízo diria que um tal espetáculo é, verdadeiramente, uma corrida. Sem embargo, ninguém mais consegue ver que *não é possível* ser progressista sem ser, ao mesmo tempo e por isso mesmo, doutrinário, isto é, sem ter *algum* credo e adotar *algum* código moral. Como toda heresia, a do progresso quer apenas uma *parte* da verdade sobre o homem (que, neste caso, é o fato de termos nossa vida nas mãos como um *projeto* a realizar e de sentirmos, de uma forma ou outra, uma inclinação a querer sempre melhorar), mas rejeita *outra parte* dessa verdade, que é a necessidade de pararmos para *refletir* sobre *qual projeto* é racionalmente adequado. (...) <sup>7</sup>

<sup>7</sup> Disponível em: <https://padrepauloricardo.org/aulas/hereges>. Acessado em 25/07/2020.

Para Chesterton, as ideologias políticas carregam enormes contradições e negam aspectos elementares da realidade. Alguns projetos ideológicos negam até mesmo a tendência do homem ao egoísmo e acreditam na possibilidade de implantação completa de um sistema político fundamentado na justiça e na harmonia total. Enfim, o escritor londrino pode e deve ser utilizado como complemento ao pensamento de Tocqueville, sobretudo nas críticas ao perigo de uma visão essencialmente materialista, cujo conteúdo é incapaz de oferecer ao homem valores e princípios morais objetivos e necessários para a estabilidade de um regime democrático. Chesterton vê grande perigo na ascensão de regimes políticos despóticos e o grande incentivador das visões tirânicas seria o modernismo e suas tendências de negação dos valores elementares.

Chesterton estabelece uma crítica aos preceitos do intervencionismo estatal e do coletivismo defendidos pelos socialistas, mas também se opõe ao reducionismo do liberalismo puro, cuja esperança é tão materialista quanto a dos marxistas, pois suas soluções simplistas chegam próximas de uma concepção “revolucionária”. Em oposição a essas concepções políticas, Chesterton irá defender o chamado “distributivismo” como forma de negação das pretensões do “Estado servil”. O autor londrino defende pontos econômicos e sociais pautados na liberdade humana e na solidariedade, tais como: sistema de proteção social baseado na auto-organização e nos valores da caridade, não na dependência e intervenção excessiva do Estado; a defesa do Homem Comum (da vida quotidiana, da família, dos valores elementares); afirmação da empresa familiar, o espírito comunal, a propriedade privada e uma espécie de “princípio da subsidiariedade”. Enfim, tais preceitos de Chesterton dialogam com as medidas apontados por Tocqueville para defesa da liberdade. De certo modo, o autor londrino nega a abstração pura, ou seja, a simplicidade dos esquemas puramente teóricos, que chegam a negar a realidade e a ordem natural.

Com isso, é possível perceber como os governos e indivíduos procuram alterar a ordem natural das coisas e a própria realidade por meio de ideias simplista de reorganização social, levando à chamada “*Abolição do Homem*”, como diria CS Lewis. As ideias de Chesterton influenciaram Eric Voegelin (1901-1985) em sua crítica ao gnosticismo e também serviram de influência ao psiquiatra Viktor Frankl (1905-1977), fundador da logoterapia e que resume perfeitamente o pensamento de Chesterton em sua obra “*O Sofrimento de uma vida sem sentido*”.

O homem é, em virtude de sua autotranscendência, um ser em busca de sentido. No fundo, é dominado por uma vontade de sentido. No entanto, hoje em dia essa vontade de sentido encontra-se em larga escala frustrada (...) Quando me perguntam como explicar o advento desse vazio existencial, cuido então de oferecer a seguinte fórmula abreviada: em contraposição ao animal, os instintos não dizem ao homem o que ele tem de fazer e,

diferentemente do homem do passado, o homem de hoje não tem mais a tradição que lhe diga o que deve fazer. Não sabendo o que tem e tampouco o que deve fazer, muitas vezes já não sabe mais o que, no fundo, quer. Assim, só quer o que os outros fazem- conformismo! Ou só faz o que os outros querem que faça- totalitarismo. (FRANKL, 2015)

Importante ressaltar que as consequências do abandono de uma perspectiva ética deontológica acabam por fazer do homem um indivíduo suscetível de dominação por diversas formas e maneiras destacáveis no pós-modernismo, tais como as novas tecnologias, redes sociais, opinião pública e até mesmo a própria vontade inconsciente; sendo estes considerados instrumentos que podem levar ao autoengano e a perda da identidade. Certamente, as obras de Chesterton são categóricas no estabelecimento de uma relação entre o materialismo e a supressão das noções de identidade, individualidade e liberdade.

### **3. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O apreço pela liberdade e pelos valores democráticos requer um compromisso maior por parte dos cidadãos com um conteúdo axiológico e principiológico baseado em preceitos que sejam capazes de fomentar as virtudes cívicas, o espírito comunal e a dignidade da pessoa humana. Entretanto, a cosmovisão contemporânea procura lutar incessantemente pela perpetuidade da democracia, mas abraça pensamentos que fomentam o individualismo, o igualitarismo e o materialismo; pensamentos que, no longo prazo, sufocam a cidadania e a própria noção de liberdade política.

Por este motivo, o estudo dos escritos de Tocqueville e G.K Chesterton são imprescindíveis, pois possibilitam uma compreensão acerca de como certas mentalidades e tendências do modernismo favorecem a degradação dos regimes democráticos a ponto de suprimirem a liberdade humana e os direitos fundamentais. Não obstante as obras não fazerem menção direta ao totalitarismo do século XX, os escritos dos autores supramencionados dialogam com pensadores que estudaram diretamente o nazifascismo, tais como: Eric Voegelin, Hannah Arendt, Ernst Nolte e Michael Polanyi.

Por fim, as reflexões de Tocqueville reforçam a necessidade das virtudes e da caridade na manutenção no espírito público e na preservação do bem comum. Contudo, as virtudes necessárias para estabilidade da democracia não residem numa visão materialista da história. Sendo assim, Chesterton e Tocqueville estabelecem um excelente diálogo acerca do papel do materialismo na construção gradual de “despotismos”. Na medida em que cresce a rejeição ao transcendente, a “imanentização escatológica” em torno do papel do Estado cresce e fomenta a ascensão de totalitarismos. Eis a grande lição dos autores abordados: O caminho para o totalitarismo é um caminho de ignorância e desprezo dos valores éticos imprescindíveis ao regime democrático; o significado e eficácia da constituição democrática dependem da firmeza moral e do caráter dos cidadãos. Se a moralidade da nação falhar, as fraquezas irão fazer do ordenamento um pedaço de pergaminho ineficaz e sem sentido.

#### 4. REFERÊNCIAS

- ARENDR, Hannah. **Responsabilidade e Julgamento**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- AZEVEDO JÚNIOR, Paulo Ricardo. **Hereges**. Disponível em: <https://padrepauloricardo.org/aulas/hereges>.
- BIANCHINI, Fernando Novelli. **Democracia representativa sob a crítica de Schmitt e democracia participativa na apologia de Tocqueville**. Campinas, SP: Millennium Editora, 2014.
- CANOVAN, Margaret. **Arendt's Theory of Totalitarianism: A reassessment**. In: Villa, Dana (Org). *The Cambridge Companion to Arendt*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.
- CHESTERTON, G.K. **Hereges**. Campinas, SP: Editora Ecclesiae, 2018.
- CHESTERTON, G.K. **Ortodoxia**. São Paulo, SP: Editora Mundo Cristão, 2013.
- CLETO, Marcelo de Souza. **Liberty on Alexis de Tocqueville**. 2006. 109f. Dissertação de Mestrado em Filosofia- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2006.
- FRANCO, Livia. **Pensar a democracia com Tocqueville**. São Paulo: Edições Loyola, 2014.
- FRANKL, Viktor. **O Sofrimento de uma vida sem sentido**: Caminhos para encontrar a razão de viver. Tradução de Karleno Bocarro- 1.ed. São Paulo: É realizações, 2015.
- FRY, KARIN A. **Compreender Hannah Arendt**. Tradução de Paulo Ferreira Valério. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.
- MORAES, Gerson Leite de. **O Mal Banal e a difícil tarefa do perdão**. In: Revista Estudos Filosóficos nº 17/2016 – versão eletrônica – ISSN 2177 – 2967.
- POLANYI, Michael. **A Lógica da Liberdade**: Reflexões e Réplicas. Rio de Janeiro, RJ: Topbooks, 2003.
- TOCQUEVILLE, Alexis de. **Da Democracia na América**. Tradução de Carlos Monteiro de Oliveira e revisão científica de Livia Franco. Cascais: Princípia, 2001.
- VEITH JR, Gene Edward. **O fascismo moderno**. Traduzido por Marília Peçanha. São Paulo: Cultura Cristã, 2010.
- WIKER, Benjamin. **Dez livros que todo conservador deve ler**- mais quatro imperdíveis e um impostor. Tradução de Mariza Cortazzio. Campinas, SP: Vide Editorial, 2016.

Contatos: [leonardoleite59@gmail.com](mailto:leonardoleite59@gmail.com) / [Gerson.moraes@mackenzie.br](mailto:Gerson.moraes@mackenzie.br)